

O MOVIMENTO NEGRO COMO SUJEITO COLETIVO DE PRODUÇÃO DE SABERES NA CONSTRUÇÃO DA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA

SIMPÓSIO TEMÁTICO 2 – Saúde mental para quem? Perspectivas de cuidado emocional, tensionamentos de gênero e étnico-raciais

Hernani Pereira dos Santos¹

Universidade Estadual do Ceará – UECE

hernani.santos@uece.br

Jéssica Silva Rodrigues²

Universidade Estadual do Ceará – UECE

jessic.silva@uece.br

Resumo: O movimento de Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) e a luta antimanicomial consistem em uma mudança em curso das instituições de saúde mental nos níveis epistemológico, jurídico-político, técnico-assistencial e sociocultural. Ancora-se na crítica e distanciamento do modelo asilar e propõe a desinstitucionalização, efetivada por meio da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), desde a promulgação da Lei 10216 de 2002 (Amarante, 2004; David, 2024; Yasui, 2010). Apesar dos avanços, o movimento de RPB enfrenta dificuldades e tensões para a sua efetivação, seja em razão dos desmontes vividos nos últimos anos na RAPS (Dimenstein; Simoni; Londero, 2020; Dimenstein; Macedo; Fontenele, 2022), ou das opressões de raça e gênero que nela operam (Moreira; Passos, 2019; Passos, 2018; Passos; Moreira, 2018), ou, em razão das ambiguidades presentes no quadro interpretativo dos profissionais da rede, que ora consideram um paradigma biomédico, ora um psicossocial (Moura; Amorim; Reis; Matsukura, 2022). Tais dificuldades apontam para os atravessamentos de gênero e de raça e seus efeitos deletérios, haja vista que a RPB foi marcada por intenso processo de apagamento das questões étnico-raciais e de gênero que teve como efeito o afastamento das reflexões críticas sobre os impactos do colonialismo na produção do sofrimento psíquico (Passos, 2018; Passos e Pereira, 2017). Esse trabalho propõe resgatar a história de participação do movimento negro na construção da RPB e das políticas de saúde da população negra e refletir sobre a importância da agência coletiva e de um sujeito epistemológico coletivo na promoção de ações antirracistas em uma sociedade racista e marcada por uma história colonial nas práticas de educação e de saúde. Para tanto, as discussões se ancoram em referenciais do campo da Atenção Psicossocial e de autoras/es críticas/os à colonialidade. Trata-se de uma revisão crítica de literatura, que consiste em uma análise aprofundada e sistemática, sobre o tema proposto.

Palavras-chave: Decolonialidade; Rede de Atenção Psicossocial; Reforma Psiquiátrica Brasileira; Saúde Mental da População Negra; Práticas Antirracistas.

Referências

AMARANTE, P. Reforma Psiquiátrica e Epistemologia. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, v. 1, n. 1, jan.-abr. 2009. Disponível em:

¹ Professor adjunto do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Campus Itaperi.

² Professora adjunta do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Campus Itaperi.

<http://stat.necat.incubadora.ufsc.br/index.php/cbsm/article/viewFile/998/1107>. Acesso em 08 de setembro de 2024.

FARIAS, A. L. S.; SILVA, D. O. Fanon no manicômio: o epistemicídio de um psiquiatra negro. In: NUNES, C. et al. (Org.). Anais XV Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra – Políticas Afirmativas para a Promoção da Equidade Étnico-Racial. Juazeiro do Norte: UFCA, 2024, pp. 403-408.

DAVID, E. C. Saúde mental e relações raciais: desnorteamento, aquilombação e antimanicomialidade. São Paulo: Perspectiva, 2024.

DIMENSTEIN, M.; MACEDO, J. P.; FONTENELE, M. G.. Atenção psicossocial nos serviços de atenção primária à saúde: desafios à integração no Brasil. Mental [online], v.1.14, n.25, pp.1-13, 2022. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-44272022000100004&script=sci_abstract Acesso em: 09 set. 2024.

DIMENSTEIN, M.; SIMONI, A. C. R.; LONDERO, M. F. P. Encruzilhadas da democracia e da saúde mental em tempos de pandemia. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 40, e242817, pp. 1-16, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242817>

MOREIRA, T. W. F.; PASSOS, R. G. Luta antimanicomial, racismo e o avanço do conservadorismo em tempos “temerosos”. Temporalis, v. 18, n. 36, p. 178–192, 2019. DOI: 10.22422/temporalis.2018v18n36p178-192. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/21351>. Acesso em: 11 set. 2024.

OLIVEIRA, I.M.; DUARTE, M.J.O.; PITTA A.M.F. Racismo, sofrimento e saúde mental: um debate necessário. In: OLIVEIRA, W.; PITTA, A.M.F.; AMARANTE, P. (Orgs.). Direitos Humanos & Saúde Mental. São Paulo: Hucitec, 2017.

PASSOS, R. C.. “Holocausto ou Navio Negreiro?”: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. Argumentum, v. 10, n. 3, p. 10–23, 2018. DOI: 10.18315/argumentum.v10i3.21483. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/21483>. Acesso em: 11 set. 2024.

PASSOS, R. G.; MOREIRA, T. W. F. Reforma Psiquiátrica brasileira e Questão Racial:: contribuições marxianas para a Luta Antimanicomial. SER Social, Brasília, v. 19, n. 41, p. 336–354, 2018. DOI: 10.26512/ser_social.v19i41.14943. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14943. Acesso em: 28 ago. 2024.